

Inimigos Artificiais:
1968 nas crônicas de Carlinhos Oliveira e Nelson
Rodrigues
Artificial Enemies:
1968 in the chronicles of Carlinhos Oliveira and Nelson Rodrigues

Jean Carillo de Souza Silva¹

RESUMO

Este artigo trata brevemente sobre 1968 na perspectiva dos cronistas Carlinhos Oliveira e Nelson Rodrigues. Pretendemos com isso salienta como cada qual em um veículo, cada qual com perspectivas políticas e expectativas acerca do presente e do futuro distintas, cada qual entrenchado em suas compreensões sobre o existir e o viver e, claro, a defender o seu quinhão no campo da intelectualidade perceberam e narraram alguns acontecimentos de um ano que se tornou emblemático para a memória social do século XX.

Palavras-chave: 1968; crônica; Carlinhos Oliveira; Nelson Rodrigues.

ABSTRACT:

This paper briefly discusses about the year 1968 from the perspective of the chroniclers Carlinhos Oliveira and Nelson Rodrigues. We intend to emphasize how each one in a communication vehicle, each one with distinct political and expectations about the present and future distinct, entrenched in their understandings about the exist and the living and, naturally, to defend their share in the field of the intellectuality realized and narrated some events of a year that became emblematic for the social memory of the twentieth century.

Keywords: 1968; chronicles; Carlinhos Oliveira; Nelson Rodrigues

¹ Graduado em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, FESP/UEMG. Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Passos. É pesquisador do “Laboratório interdisciplinar de comunicação, discurso, acontecimento e memória – Labiam” e do “Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais – GEIND”, ambos sediados na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. E-mail: jean.silva@uemg.br

“Estou é muito cansado de ver todo mundo endoidecendo”.

Carlinhos Oliveira, 1968.

“Quero crer que certas épocas são doentes mentais. Por exemplo: — a nossa”.

Nelson Rodrigues, 1968.

1 Introdução

Carlinhos Oliveira e Nelson Rodrigues foram jornalistas, cronistas, romancistas e autores de teatro, em que pese à inegável superioridade de Rodrigues nesse último quesito, considerado um mestre do gênero. Em 1968, Oliveira escrevia para o *Jornal do Brasil*² e Rodrigues para *O Globo*³. Eles ocupavam, desse modo, postos em dois grandes jornais com linhas políticas e, por consequência, editoriais distintas, mas igualmente influentes no cenário sociopolítico no Brasil das décadas de 1950, 1960 e 1970.

José Carlos Oliveira, o Carlinhos Oliveira, nasceu em Vitória, no Espírito Santo, em 1934, e ainda na adolescência atuou como repórter de um jornal local, mas aos 18 anos mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro. Na capital fluminense Carlinhos colaborou com diversas publicações como as revistas “Noite Ilustrada” e “Manchete”. No entanto, o maior volume de sua produção, e também, pela qual é normalmente lembrado, se concentra no período que abrange os 23 anos de atividades no *Jornal do Brasil*. Além do exercício praticamente diário como cronista, durante os seus 51 anos de vida Oliveira publicou quatro romances, organizou coletâneas de suas crônicas e escreveu ao menos uma peça para teatro.

Sobre as crônicas escritas por Carlinhos em 1968, para o jornalista Ruy Castro (1999), elas são representativas, uma vez que “melhor do que ninguém, Carlinhos

² Diário de perfil político liberal e que passava por um importante processo de modernização, tanto na escrita jornalística como na diagramação de suas páginas, durante a década de 1960.

³ Jornal de perfil político liberal/conservador e explicitamente alinhado com a política econômica e de comportamento defendida pelos governos militares.

refletiu nossa trêmula relatividade de julgamentos, nosso medo de formar opinião e demais mazelas (da direita e da esquerda) que assolaram a vida cultural brasileira durante a ditadura”. Avaliação que pode ser corroborada pelas palavras do também jornalista Zuenir Ventura, para quem Oliveira, “talvez mais do que qualquer cientista social (...) [ele tivesse] uma aguda percepção da realidade social” (VENTURA, 2008, p.49).

Por sua vez, Nelson Rodrigues nasceu em 1912 em Recife, Pernambuco, mas mudou-se com a família ainda criança, com apenas três anos, para a cidade do Rio de Janeiro, localidade na qual transcorrem muitas de suas histórias. Embora ele tenha atuado na imprensa desde a juventude, tendo escrito para diversos jornais e revistas, foi por meio do teatro que se tornou afamado ao escrever peças que oscilaram “entre uma boa e uma má recepção por parte da crítica e do público em geral” (BRIGLIA, 2015, p.106). Emblemático autor teatral, entretanto, as suas incursões por outros gêneros textuais/discursivos, como a crônica e o conto, não são tão populares ou literariamente reconhecidos pela crítica especializada, apesar de indiscutíveis qualidades.

Em relação às crônicas publicadas em 1968 na coluna “Confissões”, no jornal *O Globo*, posteriormente compiladas por Ruy Castro nos livros “O óbvio ululante” e “A cabra vadia”, Nelson Rodrigues impressiona por, além de suas tiradas geniais, fruto de um misto de humor cínico e macabro, o seu conservadorismo e, às vezes, indisfarçável simpatia pelo governo dos militares. Desse modo, conforme Briglia (2015, p.106), em um “país e num mundo que se apresentavam de modo transformador, numa época histórica, Nelson Rodrigues resolveu questionar os novos valores, mas sem deixar de esboçar uma visão do país”. O autor, portanto, ironizou as ações encabeçadas pelos jovens ligados aos movimentos estudantis, colocou-se contra ao que considerava modismos marxistas e revolucionários no

campo das ideias, entre tantas outras temáticas socioculturais que estavam em voga naquele momento.

Apesar de suas atividades em outros gêneros, a crônica, talvez, seja a modalidade de escrita que mais tenha aproximado Oliveira e Rodrigues. Isso porque foi por meio dela que eles, de algum modo, se relacionaram, duelaram e, especialmente, imprimiram percepções do viver de homens e mulheres, suas contradições e complexidades. Percepções sobre a vida no tempo. E ao fazerem isso, esses cronistas, como, aliás, qualquer cronista, produziram narrativas que merecem ser analisadas enquanto fontes e memórias dos tempos idos, documentos que, se inquiridos, podem nos auxiliar na tentativa de tramar os fios do passado histórico recente do Brasil.

2 A monumentalização do cotidiano: a crônica

“No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira”, já advertira Jacques Le Goff (1996, p.548). Mas, se nos dias de hoje tal afirmação possa soar como uma obviedade retumbante é preciso lembrar que até, no mínimo, meados do século XX, os historiadores ao fazerem a crítica aos documentos se concentravam e/ou estavam preocupados principalmente com a sua autenticidade. Falso ou verdadeiro? Como provar uma ou outra alternativa? Esta parecia ser a principal preocupação em relação à pesquisa: o problema da “origem” documental.

Contudo, com os *Annales* e, especialmente a sua terceira geração, da qual Le Goff é certamente um dos maiores expoentes, a noção de documento passou por uma crítica mais profunda. Questões como a necessidade de se questionar a própria preservação dos documentos e a sua presença nos arquivos tornaram-se importantes. É nesse sentido que em 1960, Paul Zumthor, destacou Le Goff (1996), discutiu a

conversão de documentos em monumentos por uma “elevação”, uma verdadeira mudança de estatuto na hierarquia dos testemunhos.

Conforme Le Goff, para Zumthor a utilização dos documentos pelo poder era o caminho que os tornavam monumentos do passado. Embora tivesse apontado para essa problemática, Zumthor não reconhecia que todo documento era um monumento, mas a partir dele e a esteira de sua consideração, Le Goff estabeleceu a necessidade que se impõe ao historiador de considerar a crítica de todo documento como um monumento. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p.545). Problemática, como lembra o autor, já exposta à época por Foucault quando afirmara que: “a história é o que transforma os documentos em monumentos” (FOUCAULT, 2002, p. 8).

Assim, ao fazer a crítica ao documento, explicou Le Goff, não seria mais preciso restringi-lo ao debate de sua autenticidade, pois todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso e, também, porque um monumento é antes de tudo uma roupagem, uma montagem. Ou seja, segundo a proposta do historiador francês, para se fazer a crítica aos documentos seria “preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1996, p. 548). Compreendido como uma fabricação da sociedade, portanto, um material que carrega consigo marcas de um tempo, manejar os documentos impõem de forma apriorística aos pesquisadores uma (auto)indagação norteadora: por que esses artefatos sobreviveram, ou sobrevieram, para a pesquisa histórica e não outros? Ao reconhecer isso e ao adotar uma postura cada vez mais inquisitiva acerca das fontes e a si mesmos, historiadores passaram a realizar análises orientadas por problemáticas que, se por um lado desnaturalizavam a fonte, por outro contribuíram para dessacralizar a própria escrita da história.

Já em relação aos estudos sobre a imprensa no Brasil, especificamente, é importante salientar que ocorreram mudanças relacionadas à emergência da Nova História⁴. É o que podemos inferir por meio de Tânia de Luca e do quadro geral exposto por ela de como essas fontes eram trabalhadas no país até os anos de 1970. Segundo a historiadora, até essa década a quantidade de trabalhos que utilizavam fontes da imprensa, fossem revistas ou jornais, era “relativamente pequeno”. Isto é, com a ressalva da existência de uma bibliografia significativa sobre jornais e jornalistas, algo que não se aplicava aos materiais jornalísticos, pois quanto a isso havia uma relutância “em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2005, p.111).

Portanto, o que tínhamos era uma história da imprensa que historicizava os veículos de comunicação sem, contudo, relacioná-los com as suas condições de produção culturais, políticas e econômicas, suas contradições ou mesmo sem perscrutar os discursos e as memórias sociais que esses veículos mobilizavam. Mas com o esgarçamento da história, como disciplina e saber, promovido pela ampliação dos debates acerca das suas abordagens e problemas, além da influência de outras disciplinas e saberes, os historiadores compreenderam que a imprensa é algo “que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e [que] requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.258).

Posto isso, a imprensa tornou-se amplamente utilizada por pesquisadores e esses

⁴ Vinculada à Escola dos Annales, a geração responsável pela “nova” história se tornou um paradigma na produção historiográfica do final do século XX. A esse grupo, que longe de ser unitário dado a sua diversidade das visadas teóricas e objetos de pesquisa, é atribuída à reformulação de perspectivas teóricas, metodológicas, assim como a adoção de objetos e fontes até então marginalizados por uma historiografia baseada na longa duração e de perfil estrutural (Cf. BURKE, 1991).

tais usos nos distanciam de um tempo em que a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade. Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar (Idem, p.254).

É nesse sentido que reconhecemos a crônica (e não apenas por ser material veiculado tradicionalmente pela imprensa), como documento/momento. Publicada originalmente, ao menos na contemporaneidade, no jornal impresso, a crônica está inegavelmente vinculada às dinâmicas do modo de fazer da imprensa e, como tal, carrega consigo as marcas de um tempo, ainda que filtradas e sob a perspectiva de certa subjetividade e de seu grupo. Porém, a crônica não é reclamada apenas pelas instâncias do Jornalismo. As Letras e mesmo a História a reconhecem como um dos seus gêneros, se é que podemos colocar tal problemática sob essa perspectiva. Temos aqui, então, algo simples, mas que carrega em si certa complexidade.

Enfim, na contemporaneidade a crônica seria literatura ou jornalismo e, se literatura, seria “menor” que o conto e o romance? Questões que apontam para a consideração de Davi Arrigucci Júnior, para quem a crônica “apesar de aparentemente fácil quanto aos temas e à linguagem coloquial, é difícil de definir como tantas coisas simples” (ARRIGUCCI JR., 1987, p.51). Difícil. O fato é que essa (in)definição característica da crônica aponta para um “lugar entre” que ela ocupa entre os gêneros textuais, assim como para o hibridismo que lhe é inerente.

A palavra “crônica” deriva do grego “chronos”, que faz referência tanto ao deus do Tempo, como ao tempo em sua dimensão terrena, sequencial, cronológica e passível de ser “medido”. Durante a Idade Média, a crônica era escrita especialmente por religiosos que tinham como único objetivo guardar a história da realeza e registrar o passar do tempo até o momento do “juízo final”. No entanto, na língua

portuguesa e, em especial no Brasil, o sentido de um relato histórico se perdeu até ser incorporado ao jornalismo, quando assumiu ela a característica de ser um gênero “situado entre a fronteira da informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real” (MELO, 2002, p.147).

Para Antônio Cândido, a crônica seria um gênero “menor” entre os demais, em especial se considerada a literatura de romance. Todavia, isso não seria menos valioso, pelo contrário, pois ao se ocupar do banal por meio de uma linguagem despretensiosa, ela falaria a todos. Cândido, ainda ao defini-la como o relato da vida ao “rés-do-chão”, exalta a capacidade dela de ser fugaz como o jornal e a própria vida. E por ser despretensiosa e efêmera em sua materialidade ser, por fim, reveladora do cotidiano. “É curioso como elas mantêm um ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência; e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social” (CANDIDO, 1992, pp.17-18).

Ligada à comunicação de larga escala (de “massa”) e embora tenha como objeto o cotidiano, a crônica se diferencia da narrativa jornalística por não conter mera informação. Ao contrário, ela intenta a universalização de fatos e sentimentos por meio de uma operação em que se procura a transcendência do banal, sua matéria-prima. De tal modo, ao invés de informar sobre acontecimentos recentes, o cronista escolhe narrar ocorrências que normalmente diferem dos critérios de noticiabilidade do jornalismo contemporâneo. Essa busca por transcender o local e se universalizar ocorre, em especial, quando a crônica sai do efêmero jornal para o livro, como é o caso deste artigo que utiliza compilações de ambos os autores como fonte. Nesse suporte, ela ganha outro estatuto por se abrir para outra relação com o tempo e a memória. Assim, por seu status de produção e pela significativa circulação em uma sociedade, fator certamente facilitado pelo seu hibridismo textual típico, as crônicas mantêm uma relação constante e privilegiada com a memória social.

Ademais, a crônica conforme Arrigucci Júnior (1987, p.52), “pode constituir o testemunho de uma vida, o documento de toda uma época ou um meio de se inscrever a História no texto”. E é dessa forma que ela

adquire assim, entre nós, a espessura de texto literário, tornando-se, pela elaboração da linguagem, pela complexidade interna, pela penetração psicológica e social, pela força poética ou pelo humor, uma forma de conhecimento de meandros sutis de nossa realidade e de nossa história. Então, a uma só vez, ela parece penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nela se pudesse sempre renovar, aos olhos de um leitor normal, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelado-se na direção do passado (ARRIGUCCI JUNIOR, 1987, p.53).

Nesse sentido, se nos voltássemos para o período da ditadura militar e, mais especificamente, sobre alguns acontecimentos de 1968 sobre os quais Carlinhos Oliveira e Nelson Rodrigues escreveram, que marcas poderíamos ler?

3 Carlinhos Oliveira e Nelson Rodrigues: um e outro em 1968

Em uma de suas primeiras crônicas publicadas em 1968 pelo *Jornal do Brasil*, Carlinhos Oliveira relatava que na festa de Réveillon oferecida por Walter Clark e Ilka Soares deu de cara com Nelson Rodrigues. A essa informação o cronista do *JB* complementou: “Nelson e eu somos inimigos artificiais. Como verdadeiros tigres de papel, recentemente travamos uma feroz batalha na qual entrei de gaiato, e da qual ele se aproveitou para fazer publicidade de sua peça *Bonitinha, mas Ordinária...*” (OLIVEIRA, 1995, p.10). O saldo desse embate, de acordo com Oliveira, foi o rompimento das relações entre dois dos mais populares cronistas da imprensa carioca entre as décadas de 1960 e 1970 – e por extensão nacional, dada a proeminência e influência político-cultural dos jornais fluminenses sobre o restante do país nesse período. Ainda segundo Carlinhos, nessa mesma crônica, seria

meio chato a pessoa frequentar os mesmos lugares e fingir que não conhece o outro. O quê? Eu não conheço Nelson Rodrigues? Claro que conheço. Já trabalhamos juntos, já trocamos ideias sobre o amor, a morte, a literatura, o teatro. Mas se há uma coisa mais difícil do que romper relações, é reatá-las. Um belo dia, Nelson pede desculpas em sua coluna de *O Globo*. Fiquei quieto. No dia seguinte, lá vem ele repetindo o apelo à reconciliação. E eu na moita. Ele não contava com o meu silêncio, principalmente porque estava em cartaz o seu *Álbum de Família*: a reabertura de uma polêmica, ou o reinício de um diálogo, teriam o mesmo valor publicitário. Então Nelson fingiu estar zangado e decepcionado comigo. Que eu lhe negara a mão, ou coisa parecida... Continuei no meu canto, indiferente (Idem).

Mas, como Carlinhos Oliveira teria aprendido com o filósofo Jean-Paul Sartre, o importante na vida seria tentar compreender. E tendo nascido brasileiro “por fatalidade, temperamento e vocação”, embora na adolescência tenha feito de “tudo para pensar e sentir em francês, mas não deu certo”, o cronista diz ter se abandonado ao destino, o que significava: deixar-se “crucificar entre o Corção e o Chacrinha, estas duas extremidades do homem cordial” (Ibidem). Sendo assim, ele era incapaz de fazer inimigos. Nessa mesma festa, então, Carlinhos deu um abraço em Nelson Rodrigues e eles selaram a paz.

Meses depois, mais exatamente em 5 de julho de 1968 na crônica intitulada “A heróica resistência”, Nelson dizia, a propósito de comentar uma frase escrita e publicada por Carlinhos Oliveira: “Nunca me esqueço de uma crônica dominical de Carlinhos Oliveira. Terminava assim: – ‘A solidão do homem é um problema político’. (...) Carlinhos não faz sonetos e, se os faz, não os publica. Mas é um parnasiano. E usa, nas suas crônicas, a perfeita irretocável chave de ouro” (RODRIGUES, 1993, p.263). Ainda segundo Nelson:

O autor [Carlinhos Oliveira] traz no ventre um romance. E quando trabalhávamos ambos com os Blochs, o Carlinhos fez insinuações sobre uma ‘obra ciclópica’ que estaria realizando, no silêncio de água-furtada. Seriam umas oitocentas ou, talvez, mil páginas. E o nosso Carlinhos estaria disposto a lá inserir a ‘frase’, que o ralava. Mas não

saía uma vírgula do tal romance. Até que, um dia, exausto da própria frase, pingou-a na primeira crônica. “A solidão dos homens é um problema político”. Se fosse na guerra, o Carlinhos seria preso como espião, pois todos veriam, aí, uma senha para o inimigo. Bem. Escrevi tudo isso para chegar a uma verdade eterna, ou seja: – a pequena causa, ou o motivo irrelevante, pode produzir o grande efeito. Uma frase mínima, ínfima, quase levou o Carlinhos a escrever um romance monumental, uma espécie de *Guerra e Paz*, sei lá (Idem).

O *ethos* construído por Nelson sobre Carlinhos ainda aparece em outra crônica na qual o autor de peças como “A falecida” compara o também teatrólogo Flávio Rangel com Carlinhos. Para ele, Rangel “é de uma fragilidade crispada, indefesa e – penso, penso e descubro uma palavra – lancinante. O êxito, o brilho, os rompantes, as poses, tudo, tudo é um disfarce de uma orfandade sem esperança (como a do Carlinhos Oliveira)”. Ou seja, para Nelson, Carlinhos Oliveira encenava o comportamento transgressor, a aparência descuidada e as muitas ironias que o fizeram ser aos olhos do seu público leitor um polemista irascível, como forma de disfarçar suas fragilidades pessoais, o medo que sentia da solidão e de não ser reconhecido. Aliás, chega a ser interessante o termo orfandade utilizado por Rodrigues, pois décadas depois ao escrever a biografia de Carlinhos Oliveira, o jornalista Jason Tércio deu-lhe o título de “Órfão na tempestade. A vida de Carlinhos Oliveira e da sua geração, entre o terror e o êxtase”.

Entretanto, a despeito do que pensavam – e/ou escreviam – um sobre o outro e das possíveis disputas pessoais por eles travadas, é nas crônicas, compreendidas aqui como um *locus* privilegiado acerca do cotidiano do cidadão brasileiro de classe média, que as diferenças sobre suas visões de mundo e da vida em 1968 se tornam candentes. Algo que ilustramos por meio de uma seleção de seis crônicas (três de cada um dos autores) que abordam, ou passam, por temáticas tais como as manifestações dos jovens em Paris, mas também em outras cidades do mundo, fenômeno que fez de 1968 afamado pela “revolta da juventude”; as passeatas dos

estudantes brasileiros e as posições da Igreja Católica. Isto é, apenas algumas temáticas dentre tantas outras possíveis que se tornavam prementes na década de 1960.

Nesse sentido, começamos por Carlinhos Oliveira e a sua leitura um tanto quanto romântica dos eventos do “Maio Francês” e das escaramuças encabeçadas pelos jovens em outros lugares do mundo.

Assim, como já ocorria com a Guerra do Vietnam, cujas imagens ganhavam o mundo por meio da tecnologia dos meios de comunicação que ultrapassavam fronteiras geográficas e políticas e construía uma nova sensação de temporalidade (o momento, o instante do acontecimento), os registros dos confrontos em Paris, no *Quartie Latin*, ou os protestos nos campus das universidades norte-americanas, também ganharam projeção internacional. O que, aliás, suscitou os militares brasileiros a relacionarem os protestos estudantis aqui com uma conspiração internacional comunista. É para esta realidade histórica que compartilhava fenômenos sociais semelhantes, para este cotidiano que começava a ser afetado por uma globalização dos costumes e, portanto, das práticas, mas também dos símbolos, que a crônica de Carlinhos aponta. E o cronista faz isso ao se apropriar das falas de outrem, em discurso direto e indireto, sobre a situação internacional para fundamentar a sua própria visão da revolução dos jovens.

É exatamente isso: a anarquia. O Poder Jovem é isso. (...) Querem os jovens transformar a Sorbonne em Universidade Autônoma e Popular, ou Universidade Crítica. Qualquer pessoa pode entrar e falar. Escrevendo de Bonn, o jornalista C.L. Sulzberger, do *New York Times*, afirma: ‘As causas do descontentamento estudantil variam de país para país, mas em todas as instituições há estudantes que rejeitam a sociedade que lhes foi imposta pelos adultos. Eles procuram um revolucionismo radical inspirado mais por sonhos de juventude do que por qualquer credo político’. Enquanto isso, analisando o mesmo fenômeno, J.J. Servan-Schreiber afirma que os jovens descobriram que algum dia podem tomar o poder. O

importante é que tudo isso é feito em nome da própria juventude. Os jovens estão enraivecidos porque são jovens; impacientemente, generosamente jovens. Querem introduzi-los num mundo caduco e eles se recusam. Os rebeldes de Amsterdã diziam claramente: 'Toda autoridade é cômica'. As circunstâncias mudam, mas a frase continua a mesma em São Francisco da Califórnia: *make love, not war*; e em Paris: 'A humanidade só será feliz quando o último capitalista for enforcado nas tripas do último comunista'. Compreenderam? Há tanto tempo venho observando esse fenômeno e chamando para ele a atenção dos meus amigos! 'Que século, meu Deus! diziam os ratos. E começaram a roer o edifício'. No momento em que começa a destruir a sociedade burguesa, a juventude descobre, com uma espécie de vertigem, que toda sociedade é burguesa. Os governados cansaram-se de ser governados; portanto está é uma revolução contra os governantes. Nunca houve nada igual. (...) É duro, é doloroso, é maravilhoso, mas eles terão que reconhecer isto: a autoridade paterna terminou. Este século terminará nas mãos dos filhos (OLIVEIRA, 1995, p.98).

Em oposição à visão um tanto quanto romântica de Carlinhos, para quem os levantes juvenis que se espalhavam pelo globo representariam o nascimento de outro mundo, provavelmente mais solidário e fraterno, Nelson vê apenas a emergência de um grupo cuja importância é dada – pasmem – pelos adultos. Seriam eles, os velhos, os verdadeiros responsáveis por atribuir tamanha relevância social e cultural para uma categoria – essa abstração genérica nomeada de “jovens” – que fora a prepotência de se acharem realmente revolucionários, não tinham nada de extraordinários. Nelson considera, ademais, como verdadeiramente problemático o fato dos adultos entregarem “o mundo” nas mãos de gente tão inexperiente, em geral descapacitados, além de petulantes, que acreditavam ser, talvez por isso mesmo, mais relevantes do que realmente seriam de fato. O mundo, para Rodrigues, deveria ser governado pelos que têm razão e essa seria, para o cronista, o resultado de vivências, experiências... em síntese: por um processo de maturidade pela qual os jovens, justamente por serem jovens, não tinham passado.

Há, por toda a parte, a “jovem revolução”. É um movimento mundial. Quem o diz, e as manchetes o confirmam, é o Carlinhos de Oliveira. Os jovens se levantam na China, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra. E por que se levantam? Segundo se diz, porque estão insatisfeitos com os valores até então vigentes. Só que tais valores, ninguém os realizou e todos os traíram. E os jovens parisienses arrancaram os paralelepípedos, viraram os carros e incendiaram a Bolsa. (...) Tem razão o Carlinhos de Oliveira: — a “jovem revolução” é mundial. Só uns dois ou três sujeitos, estreita e amargamente positivos, insinuem que se está fazendo, e também em dimensões mundiais, uma gigantesca e irresistível impostura. Outros espíritos, também minoritários, afirmam o seguinte: — a “jovem revolução” nada tem de jovem. São precisamente os velhos que a promovem. (...) Cabe então a pergunta: — e por que, de repente, os “mais velhos” resolveram idealizar o jovem e conferir ao jovem a própria onipotência? (...) Ainda ontem, fui procurado por um rapaz, estudante de teatro. Entrou na redação e vinha solene, ereto, hierático. Pára na minha mesa. Diz, gravíssimo: — “Seu Nelson, trouxe isto aqui para o senhor ler”. Era um recorte de jornal; explica: — “É uma entrevista da Cacilda Becker”. Estou ouvindo, risonhamente. E ele continua: — “Querida que o senhor lesse, o senhor que é contra o jovem”. Com tal afirmação, o rapaz criou entre nós o súbito e cavo abismo da primeira divergência. Dá-me um certo cansaço, um certo tédio, ouvir que sou contra o jovem. Repeti para o rapaz a casta e singela verdade: — não sou contra ou a favor de ninguém, automaticamente. Expliquei que a mais tola das virtudes é a idade. Que significa ter quinze, dezessete, dezoito ou vinte anos? Há pulhas, há imbecis, há santos, há gênios de todas as idades. Naturalmente, o jovem tem o defeito salubérrimo e simpaticíssimo da imaturidade. De vez em quando, isto é, de quatro em quatro séculos, aparece um Rimbaud. Aos dezessete anos, fez toda a sua obra. Se não me engano, o poeta acabou aos dezessete anos. Viro-me para o rapaz: — “Queres que eu te admire? E te faça manchetes? Sê um Rimbaud. Aí está a solução. Sê Rimbaud”. Foi então que o garoto ousou a confidência: — não estava interessado em poesia. Fiz um alegre escândalo: — “Não é possível! Um estudante de teatro tem que estar interessado em poesia!”. Novamente, ele me surpreendeu ao dizer que também não estava interessado em teatro. Desta vez, o meu espanto teve um mínimo de irritação. Disse-lhe: — “Escuta cá. Se não te interessas nem por teatro, nem poesia, estás interessado em quê?”. Disse, ofegante da vaidade: — “Sou da linha chinesa”. Fez-se uma pausa. E, então, catei na mesa a entrevista da minha amiga Cacilda Becker. (...) Começo a ler e paro nesta frase: — “O mundo é dos jovens”. A gloriosa atriz dá o mundo, de graça, de mão beijada. O

sujeito tem dezessete, dezoito, vinte. Pronto. Toma o mundo. Mas vejam como, numa simples frase, está todo um crime, ou seja, o crime de dar razão a quem não a tem. O mundo só pode ser dos que têm razão. Mas a razão é todo um maravilhoso esforço, toda uma dilacerada paciência, toda uma santidade conquistada, toda uma desesperada lucidez. Não era bem assim que eu queria dizer. Faltam-me palavras (RODRIGUES, 1995, p.138)

Interessante notar que no caso dessas duas crônicas, ambos os cronistas optaram por utilizar certo dialogismo (seja por meio de citações indiretas e referências a outros, como no caso de Carlinhos Oliveira ou como diálogo com um personagem mesmo, como em Nelson Rodrigues) como um recurso narrativo para aproximar o texto escrito e impresso da oralidade. Ao imprimir um tom coloquial em uma narrativa curta como a crônica, o autor potencializa a capacidade de alcance e de circulação de sua mensagem. Essa escolha – se é que ela é de fato consciente – não significa, contudo, que a escrita da crônica seja displicente, ao contrário, pois reforça o seu status de produto de uma elaboração estética. Isso porque não há ali uma transposição do real, do que de fato ocorreu, mas uma representação. Afirmativa que reforça a tese na qual em uma narrativa, fictícia ou não, o “real não é meramente copiado, mas recriado” (SÁ, 2007, p.11). Por meio do dialogismo o cronista insere temáticas que facilmente estariam “em nossas conversas diárias e em nossas reflexões, quando também conversamos com um interlocutor que nada mais é do que nosso outro lado, nossa outra metade, sempre numa determinada circunstância” (Idem). Mas, ainda conforme Jorge de Sá,

não ‘circunstância’ naquele sentido de um escritor que, embora não seja jornalista, precisa sobreviver – e ganha dinheiro publicando crônicas em jornais e revistas: o termo assume aqui o sentido específico de pequeno acontecimento do dia-a-dia, que poderia passar despercebido ou relegado à marginalidade por ser considerado insignificante. Com o seu toque de lirismo reflexivo, o cronista capta esse instante brevíssimo que também faz parte da condição humana e lhe confere (ou lhe devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples

situação no diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias (Ibidem).

Em outra crônica, Carlinhos Oliveira mais uma vez se mostra entusiasta dos jovens e, nesse caso específico dos estudantes, que estavam tomando em 1968 a dianteira do movimento oposicionista à ditadura militar, governada naquele momento pelo general Artur da Costa e Silva. Além disso, a crônica em questão, intitulada “Movimento”, trata de um dos momentos mais icônicos do período da ditadura militar brasileira: a Passeata dos 100 mil. Ocorrida no dia 26 de junho, a manifestação conseguiu proporcionar um momento de unidade às muitas tendências de esquerda que já se digladiavam sobre qual era a melhor opção para derrubar o governo e uma ilusória comunhão com setores variados da sociedade civil. Essa unidade e tamanha representatividade popular não voltaram mais a ser vistas, ao menos até as campanhas pelas Diretas Já, no início dos anos de 1980.

Temos aqui, portanto, a manifestação vista por dentro, o cronista como partícipe da ação e não apenas como um mero narrador distanciado do objeto narrado:

Estávamos todos no meio da garotada. Éramos dezenas de milhares. Cada qual havia trazido o seu próprio corpo para com ele ocupar a Cinelândia. Um rapazola de olhos brilhantes dizia a uma guria de mini-saia: ‘Olha lá o Vladimir’. Então, nos olhos da garota, aparecia também um brilho especial, e ela procurava, por cima de um chão de cabeças, os homens que estavam de pé numa das sacadas da Assembléia Legislativa, junto da escadaria. (...) Naquele momento Vladimir Palmeira estava organizando as emoções dos seus liderados. Sempre que queria falar, gritava: ‘Pessoal!’, enquanto com um gesto de mão impunha silêncio. E falava que ninguém estava ali apenas para bater palmas, e perguntava se todos prometiam marchar em ordem, sem cometer violências. E todas aquelas dezenas de milhares de pessoas, para ouvi-lo melhor e mais longamente, começavam a sentar-se no asfalto e na calçada. Depois disso fomos todos de braços dados pela Avenida Rio Branco, na direção da Candelária. Era uma festa: era algo bonito, mais vibrante, mais

importante que um Vasco-Flamengo no Maracanã. A chuva de papel picado descia dos edifícios solidários. Nas calçadas da Avenida, a massa fluante do povo indeciso nos contemplava com expressão sombria, ou sorridente, ou encabulada. E nós lhe gritávamos que viessem também para o seio da multidão organizada para o protesto democrático; e muitos aderiam, enfiavam um braço em qualquer outro braço e seguiam conosco. A nossa espessa formação de pessoas seria uma gota d'água no oceano da brasilidade amorfa, humilhada, sem destino. Mas essa inferioridade puramente numérica estava amplamente compensada pela qualidade de cada manifestante: éramos a consciência. Os estudantes em maior número, mais desembaraçados e entusiasmados; e os jornalistas, e os artistas de teatro, os compositores e os cantores, e os artistas plásticos, e os padres e as freiras, e os professores em pé de igualdade com os seus alunos. Naquele instante, os operários estavam conformados nas oficinas, à mercê da avareza seletiva do Estado e esperando, por simples hábito, a palavra de ordem dos seus líderes castrados. Palavra de ordem que, se fosse formulada, seria assim, sucinta e horrível: "Quietos. Todos quietos". Na Avenida, ao contrário, a juventude pregava e produzia o movimento, arrastando em sua esteira as próprias mães e os mestres. Esses jovens merecem todo respeito, eles não querem entrar num mundo que não tem saída, desejam viver heroicamente. Já não se preocupam em ganhar muito dinheiro, indiferentes à miséria alheia: querem saber onde é que anda a justiça. Numa palavra, eles querem denunciar a mediocridade de uma Nação que se diz cautelosa e disso se vangloria, quando na verdade está enterrada até o pescoço na covardia (OLIVEIRA, 1995, pp.129-130).

Na crônica de Carlinhos, o líder estudantil Vladimir Palmeira assume ares de um verdadeiro estadista e líder popular. O fato de impor o silêncio apenas com um gesto a centenas de milhares de pessoas, de organizar as emoções delas, definidas como "seus liderados" pelo cronista e o encantamento produzido por seu discurso são elementos que indicam que Palmeira tinha o controle da situação. Daí as pessoas se comprometerem com ele a marchar em ordem e não cometer atos de violência que poderiam gerar represálias dos órgãos de repressão. A autoridade sobre aquele momento não era exercida pelas Forças Armadas ou pelo presidente-general, mas

por Vladimir Palmeira. Era ele, na perspectiva do cronista, o garantidor do espetáculo que estava para ocorrer.

A crônica de Carlinhos que é enviesada, como tantos outros relatos do período, claro, pois se trata da perspectiva dele, portanto, de um homem adulto, de classe-média, intelectualizado e cronista de um veículo de imprensa que nutria laços com o governo, tenta capturar a euforia daquele momento. Há a alegria da fraternidade representada pelo caminhar de braços dados, a comparação e a conclusão que aquele ato era mais importante que um clássico do futebol carioca. A solidariedade popular, da classe média, que vinha dos prédios em forma de papel picado. Era uma festa. Mas ali, enquanto milhares marchavam na rua, alegres e decididos, das calçadas, à margem do processo histórico, estavam aqueles que não frequentavam as escolas ou universidades, não eram censurados ou eram indiferentes à política de repressão de um governo que tinha assaltado o poder em 1964.

A crônica de Carlinhos é de exaltação, mas ela revela complexidades da percepção do cronista em relação à realidade histórica. Isto é: à medida que o cronista exalta todos os que participam da manifestação organizada – por quem? Pelos estudantes, pelos intelectuais? – como um ato de coragem, ele faz um movimento excludente, pois demarca um “nós” e um “eles”. O “nós” neste caso, em e para Carlinhos Oliveira, são todos os que não estão conformados com a ditadura, com as relações desiguais de poder e força. São eles: os intelectuais, artistas engajados, jornalistas, professores, clérigos que advogam por uma religião mais próxima dos homens e seus dramas matérias do que de suas angústias espirituais e, por fim, os jovens. Na escrita do cronista eles são considerados como um grupo social apartado dos demais não apenas por pertencerem a uma faixa etária distinta, mas pelos ideais de justiça social que os une. Eis o povo organizado, numericamente

menor, mas aquele que tem uma maior capacidade de manipular os instrumentos para transformar a realidade.

Em contrapartida Oliveira constrói um “outro”, o povo desorganizado. Eles são os explorados nas fábricas e no campo, os despossuídos, os oprimidos, mas que ainda assim não aderem à insurreição por covardia e por estarem presos a um ideal de ascensão socioeconômica que nunca chegará. São os expectadores, os alienados pelo sistema e os tradicionalmente apáticos, ensimesmados em suas vidas medíocres que só agem quando conclamados por líderes sindicais mancomunados com o governo e a elite conservadora que financiou e ofereceu sustentação ao golpe.⁵ Carlinhos desconsidera (portanto, silencia), assim, a greve ocorrida em Contagem (MG). Como também o ato revoltoso de trabalhadores que no dia do Trabalho, 1º de maio, tomaram e queimaram o palanque das autoridades paulistas, além de ter acuado o governador do estado, Abreu Sodré.

Quase um mês após a publicação dessa crônica de Carlinhos Oliveira, Nelson Rodrigues publicou “A atriz inteligente”. Nela o cronista discute entrevista televisiva concedida por uma atriz que divulgava sua peça. Nelson é ferino com a atriz (“no

⁵ A discussão em relação à participação dos trabalhadores, como classe que historicamente desempenharia o papel de agente revolucionário não ter contribuído significativamente nas manifestações de 1968, é muito mais complexa do que isso. Um dos elementos que precisam ser pensados é o desbaratamento das lideranças sindicais e a legislação repressiva, que proibia greves, por exemplo, promovidas pela ditadura logo nos seus primeiros anos. De acordo com Aarão Reis Filho, com a ditadura “o céu desabava na cabeça dos trabalhadores. O Estado, até então generoso e protetor, transformara-se em algoz. O pai em carrasco. Embaralhamento e crise de referências. Não foi possível resistir com eficiência. Os padrões de organização e luta, de lideranças e de discurso, não haviam preparado os trabalhadores para situações de enfrentamento. Reagiram à instauração da ditadura com a arma tradicional – a greve. O êxito dela foi um fracasso, pois esvaziou as cidades, paralisando as pessoas em casa e facilitando as manobras dos tanques. A rearticulação foi difícil, penosa, molecular. Emergiu, afinal, tentando preservar as heranças tradicionais, o Movimento Intersindical Antiarrocho, o MIA. Como se as lideranças não se dessem conta da euforia da sigla – tristemente simbólica. Os trabalhadores apenas *miavam* sob o peso de uma derrota histórica” (REIS FILHO, 2008, p. 63).

teatro moderno, a atriz pensa como nunca. E as que não pensam pensam que pensam. (Desculpem o jogo de palavras.)”, ele afirma; e se utiliza da resposta (“a peça é o problema de opção”) da referida atriz, justamente quanto a ela é pedida uma síntese da peça em cartaz, para discordar e problematizar.

Desse modo, para ele:

A meu ver, nunca optamos tão pouco. Somos pré-fabricados. É difícil para o homem moderno ousar um movimento próprio. Nossa vida é a soma de idéias feitas, de frases feitas, de sentimentos feitos, de atos feitos, de ódios feitos, de angústias feitas. A última passeata mostrou como é rala a nossa autodeterminação. Eis o fato: — no meio do caminho, o líder Vladimir Palmeira trepou no automóvel e disse: — “Estamos cansados”. Ninguém estava cansado. Mas, como ele o dizia, começamos a arquejar de uma dispnéia induzida. (Parecíamos uns barqueiros do Volga.) Em seguida, ele acrescentou: — “Vamos sentar”. Falava para a parte mais lúcida do Brasil. Ali, estavam médicos, romancistas, poetas, atores, atrizes, arquitetos, professores, sacerdotes, estudantes, engenheiros (só não víamos um único preto ou um único operário). Como reagiu a elite espiritual do país? Sentando-se no asfalto e no meio-fio. A única que permaneceu de pé e assim ficou foi uma grãfina, justamente a que lera as orelhas de Marcuse. Estava com um vestido chegado de Paris. E não quis amarrotar a saia. Todos sentados, e ela, alta, ereta, numa solidão de Joana D’Arc (RODRIGUES, 1995, p.195).

Então, assim de passagem, como quem faz uma digressão, Rodrigues sentencia: o homem moderno é pré-fabricado. Não há livre escolha de ação, de pensamento, somos todos, na leitura dele, de algum modo conformados a agir coordenados por algo ou alguém. E nesse sentido ninguém está a salvo, pois até mesmo os mais intelectualizados/escolarizados também o são, sobretudo, quando se está em meio a uma multidão. No caso específico da passeata citada pelo cronista, o coordenador era Vladimir Palmeira, dotado de uma autoridade circunstancial, mas pungente. Autoridade moral que se sobrepunha a tantas outras ali presentes, de membros da elite intelectual, cultural e social brasileira. Paradoxalmente, entretanto, em meio a massa comandada pelo estudante faltavam representantes das classes

subalternas, negros e trabalhadores braçais (há de se considerar ainda que aqueles e esses em geral se confundem...), mas são elas e eles que compõem historicamente as chamadas massas neste país. O que Nelson faz, portanto, é desvelar, por hipótese, o lugar privilegiado que a centena de milhares de manifestantes daquela ocasião ocupavam: são trabalhadores liberais, membros da classe média e da elite carioca, estudantes. Um lembrete ácido de como os pobres estão à margem dos processos políticos, das lutas por direitos como, enfim, não são representados.

Outro tema candente do período e abordado pelos dois cronistas era a postura política e comportamental adotada por membros (clérigos ou não) da Igreja Católica. Desse modo, em crônica publicada em 11 de abril, Carlinhos abordou o lugar social representado pela Igreja em um tempo de angústias, mas, sobretudo, de mudanças, como foram os anos 1960.

Em 1968, mais do que abrigar os fieis, alguns templos e sacerdotes católicos passaram a oferecer certa proteção e “lugar de fala” aos movimentos de oposição à ditadura e, portanto, a muitos ateus materialistas. Isso ocorreu, por exemplo, no dia 4 de abril na Igreja da Candelária quando uma missa foi celebrada em virtude do sétimo dia da morte do estudante secundarista Edson Luís Souto, assassinado pela polícia em 28 de março no restaurante Calabouço.

Para Carlinhos, a Igreja, após um período no qual os “católicos confundiram sua religião com sua posição social” e na qual ela teria passado a ser “um símbolo de uma aristocracia (e portanto o escudo da injustiça)”, estava com o povo. E quanto a isso, por se secularizar conforme, aliás, a orientação do Concílio Vaticano II, os católicos aristocratas – conservadores? – não se mostravam contentes. Eles, inclusive, zombavam dos padres e de “sua ingênua alegria diante dos ateus que enchem os templos num momento de conturbação social”. Contudo, na leitura do cronista, a Igreja que se abria às manifestações se revelava preocupada com todo o rebanho e não apenas com algumas cabeças, como em outrora.

A Igreja voltou a si, em conseqüência os católicos de casta se voltam contra a Igreja, primeiramente com as armas da ironia, e discernindo, entre dois sacerdotes, um verdadeiro e um falso. Mas ninguém se iluda, pois a ironia é apenas o passo inicial, o estudo do ânimo e do poder do inimigo, ainda veremos o mais belo dos cismas, quando esses orgulhosos donos de Deus e do mundo farão tudo para crucificar novamente o Cristo – em nome de um outro Cristo, antiquado, irreal, grotesco, crucificado em ouro e entronizado num altar de ouro... O ouro contra o sangue (OLIVEIRA, 1995, p.73).

De tal cisma, de tal ruptura com a aristocracia e as injustiças ligadas a ela, emergiria a “Igreja com o povo”, e essa “não será mais a Igreja com os aflitos, mas contra a aflição, não será a Igreja com os pobres, mas contra a pobreza, não será mais a Igreja com os injustiçados, mas contra a injustiça”. E essa Igreja, cujo povo acolheu, “não mais descera até os humildes, mas subirá com eles até a dignidade humana”. É a essa Igreja que Carlinhos verá como “revolucionária” (Idem, p.74).

Já Nelson, em crônica publicada em 19 de agosto com o título “Os idiotas confessos”, denuncia a hegemonia da idiotice que versava naqueles tempos, e não apenas no Brasil. No entanto, para ilustrar a sua tese de que os idiotas estavam, por ser maioria, dominando o mundo, o autor recorre ao “problema religioso”. Na perspectiva de Rodrigues:

A Igreja tem uma hierarquia de 2 mil anos. Tal hierarquia precisa ser preservada ou a própria Igreja não dura mais quinze minutos. No dia em que um coroinha começar a questionar o papa, ou Jesus, ou Virgem Maria, será exatamente o fim. É o que está acontecendo. Nem se pense que a “invasão dos idiotas” só ocorreu no Brasil. (...) Mas eu falava de que mesmo? Ah, da Igreja. Um dia, ao voltar de Roma, o dr. Alceu falou aos jornalistas. E atira, pela janela, 2 mil anos de fé. É pensador, um alto espírito e, pior, uma grande voz católica. Segundo ele, durante os vinte séculos, a Igreja não foi senão uma lacaia das classes dominantes, uma lacaia dos privilégios mais hediondos. Portanto, a Igreja é o próprio Cinismo, a própria Iniquidade, a própria Abjeção, a própria Bandalheira (e vai tudo com a inicial maiúscula). Mas quem diz isso? É o Diabo, em versão do teatro de revista? Não. É uma inteligência, uma cultura, um homem de bem e de fé. De mais a mais, o dr. Alceu tinha acabado de beijar a mão de

Sua Santidade. Vinha de Roma, a eterna. E reduz a Igreja a uma vil e gigantesca impostura. Mas se ele o diz, e tem razão, vamos, já, já, fechar a Igreja e confiscar-lhe as pratas. Cabe então a pergunta: — “O dr. Alceu pensa assim?”. Não. Em outra época, foi um dos “melhores”. Mas agora é preciso adular os idiotas, conquistar-lhes o apoio numérico. Hoje, até o gênio se finge imbecil. Nada de ser gênio, santo, herói ou simplesmente homem de bem. Os idiotas não os toleram. E as freiras põem short, maiô e posam para Manchete como se fossem do teatro rebolado. Por outro lado, d. Hélder quer missa com reco-reco, tamborim, pandeiro e cuíca. É a missa cômica e Jesus fazendo passista de Carlos Machado. Tem mais: — o papa visitará a América Latina. Segundo os jornais, teme-se que o papa seja agredido, assassinado, ultrajado etc. etc. A imprensa dá a notícia com a maior naturalidade, sem acrescentar ao fato um ponto de exclamação. São os idiotas, os idiotas, os idiotas (RODRIGUES, 1995, pp. 242-243)

O que podemos observar aqui é, e nos desculpem o lugar comum que insiste em situar Nelson Rodrigues como um conservador, justamente a faceta conservadora do autor. Nelson clama pela ordem, pela tradição e pelo respeito às instituições. Ele faz isso, inclusive, questionando um católico reconhecido como o era o intelectual Alceu Amoroso Lima que, tendo sido um conservador por boa parte da vida, tinha no início da década de 1960, sobretudo, por causa das doutrinas propostas e adotadas pela Igreja a partir do Concílio Vaticano II, se reorientado ao liberalismo. Alceu Amoroso surge, pois, na crônica de Nelson como o melhor exemplo de como a imbecilidade havia conquistado terreno. Se até um “homem de bem e de fé” e que em outrora havia sido um dos “melhores” tinha sucumbido e deixado de pensar para adular e conquistar os inúmeros idiotas, que tempos seriam esses, parece (se) perguntar Nelson. Tempos nos quais as freiras se comportariam como coristas do teatro de revista e uma autoridade clerical, ou seja, Dom Hélder Câmara que em 1968 era um nome de relevância na oposição à ditadura, propunha missas com instrumentos tipicamente brasileiros: reco-reco, tamborim, pandeiro e cuíca! Nada mais carnavalesco. Nada mais popular. Nada mais ultrajante, para o cronista.

O que essa crônica de Nelson, especialmente o trecho reproduzido aqui, nos leva a pensar é que ele vê no movimento progressista proposto por determinadas alas da Igreja Católica, uma verdadeira traição institucional e mais, uma subjugação aos anseios dos idiotas que avançavam sem resistência pelo mundo. Para Rodrigues, a Igreja que virava as costas para as suas tradições ao substituir, por exemplo, o latim pelas línguas vernáculas durante os ritos cerimoniais, era o sinal de que nada estava bem. Se a mais sólida instituição ocidental ruía, o que sobraria do mundo conhecido do cronista? Pergunta impossível de ser respondida.

O fato é que todas essas impressões, interpretações e tentativas de compreender o lugar social de onde Carlinhos Oliveira e Nelson Rodrigues falavam, do lugar de emergência desses discursos e dos sujeitos, que são discursivos por pressuposto, pois não se trata aqui de uma análise de suas personalidades, só são possíveis porque eles produziram escritos, verdadeiros testemunhos, dada a carga subjetiva desses documentos.

4 1968 para Carlinhos Oliveira e Nelson Rodrigues

1968 para Carlinhos Oliveira é um ano de mudanças, de otimismo em relação ao que ocorria. É preciso lembrar que nesse ano o autor tinha cerca de 33 anos, um “velho”, na perspectiva dos jovens revoltados. Ainda assim ele acreditava na juventude como garantidora de um futuro melhor, de superação da Guerra Fria; nos estudantes que se opunham ao governo dos militares de forma pacífica – ao menos até aquele momento, algo que mudaria, sobretudo, com o Ato Institucional de número 5 –, mas não passiva; nas mudanças doutrinárias da Igreja Católica que incorporavam ideais progressistas e sociais. Carlinhos se revela, em síntese, um esperançoso em 1968.

Já Nelson Rodrigues se coloca diametralmente em oposição aos anseios de Carlinhos Oliveira. Para o já àquela época celebrado autor teatral, 1968 é um ano não

apenas de mudanças, mas de péssimas mudanças. O mundo, na perspectiva de Rodrigues, iria de mal a pior em 1968. Dava-se importância de mais ao que os jovens pensavam ou faziam; muita relevância aos estudantes que protestavam contra um governo que, apesar de usurpador, tolerava as manifestações e passeatas que ocorriam nas ruas das grandes cidades brasileiras e tinha a Igreja. Ah, a Igreja que para Nelson estava se curvando aos modismos, aos discursos rasos e imbecilizantes que apregoavam a necessidade de se caminhar junto com o povo, os mais humildes e marginalizados. Rodrigues, podemos entrever por meio de suas crônicas, é um velho paquiderme. Já vira muitas coisas, passara por outros momentos de convulsão social, outra ditadura (o Estado Novo) e, talvez por isso, os eventos de 1968 não carregam nada de extraordinário, de novo, só o adensamento da, na leitura dele, idiotice.

Portanto, as crônicas produzidas por Oliveira e Rodrigues no final da década de 1960 evidenciam, sobretudo, diferenças pessoais. Contudo, elas também nos ajudam a montar o intrincado jogo de narrativas que emergiram quase simultaneamente aos muitos acontecimentos pelos quais 1968 se tornou posteriormente afamado. Assim, embora aparentemente exemplares de espécimes muito diferentes a conviver e, ora ou outra, disputar o mesmo espaço – Carlinhos Oliveira era um notável boêmio, de perfil liberal e um tanto quanto anárquico, enquanto Nelson Rodrigues era abastemio e politicamente conservador – ambos produziram interpretações, materializaram percepções e emoções de um ano no mínimo controverso. Percepções essas impressas e, por conseguinte, monumentalizadas nas páginas de jornais naquele momento, o que nos indica, por conseguinte, para a relevância desse meio de comunicação como um arquivo, repositório e fonte de pesquisa para a história e a historiografia, mas que também passaram a posteridade por meio dos livros.

Referências bibliográficas:

ARRIGUCCI JR, D. **Enigma e Comentário**: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

BRIGLIA, T. M. Desenhos de Brasil na crônica de Nelson Rodrigues. **Revista Urutaguá** – acadêmica multidisciplinar, nov.2014/abr. 2015, n° 31, Maringá, 2015, pp. 104-118.

BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia**: A Escola dos Annales 1929-1989. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CANDIDO, A. et al.(orgs.) **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. São Paulo: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, julho-dezembro, 2007, pp. 253-270.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In:____. **História e memória**. Campinas-SP: Unicamp, 1996. pp. 535-553.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 111-154.

MELO, J. M. de. A crônica. IN: CASTRO, G. de e GALENO, A. (org.). **Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra**. São Paulo, Escrituras, 2002.

REIS FILHO, D. A. 1968, o curto ano de todos os desejos. In.: GARCIA, M. A.; VIEIRA, M. A. (orgs). **Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SÁ, J. de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 2007.

TÉRCIO, J. **Órfão da tempestade. A vida de Carlinhos Oliveira e da sua geração, entre o terror e o êxtase**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

VENTURA, Z. **1968: O ano que não terminou**. 3ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

Recebido em janeiro de 2019.

Aprovado em abril de 2019.